

DOCUMENTO DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO



BRASIL
PROGRAMA PARA CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E MANEJO PARA A BIODIVERSIDADE DA
CAATINGA, PAMPA E PANTANAL
(GEF TERRESTRE)
BR-G1004

RELATORIO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL
(RGAS)
02/02/2018

Este documento foi preparado pela equipe de projeto integrada por: Michael Collins (CSD/RND); Annette Killmer (CSD/CSD) Alternate Team Leader; Flavio Chaves (CSD/RND); Octavio Damiani (CSD/RND); Napoleao Dequech Neto (CSD/CSD); Cristina Celeste Marzo (LEG/SGO); Jorge M. Seigneur (RMP/CBR); Edwin Tachlian-Degras (FMP/CBR); Yolanda Valle Porrua (CSD/RND); Alberto Villalba e Lidia Marcelino Reboucas (VPS/ESG).

RELATORIO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (RGAS)

Nome da Operação	Projeto GEF Terrestre (Conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal)
Número da Operação	BR-G1004
1. Detalhes da Operação	
Sector do BID	Recursos Naturais e RND
Tipo de Operação	Investment Grant
Classificação de Impacto	B
Indicador do Risco de Desastres	Baixo
Indicador do Risco Ambiental e Social	Substancial
Prestatário	República Federativa do Brasil, Ministério do Meio Ambiente
Agência executora	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)
Empréstimo BID US\$ (e custo total do projeto)	US\$ 32,621,820.00 e financiamento de US\$159,154,672.00
Políticas/Diretrizes Pertinentes	OP-703 (B.2, B.3, B.4, B.5, B.6, B.7, B.9, B.10, B.11, B.17), OP-102, OP-704, OP-761 e OP- 765.

2. Sumario executivo

O objetivo geral do Projeto GEF-Terrestre é aumentar a conservação dos biomas brasileiros da Caatinga, Pampa e Pantanal por meio da expansão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e da integração com outras estratégias de conservação: os Planos de Ação Nacionais para espécies ameaçadas, e a restauração de áreas degradadas. Para o pleno alcance deste objetivo, o projeto será desenvolvido e implementado através de cinco componentes: (1) Criação de Unidades de Conservação (UCs); (2) Fortalecimento da gestão de Unidades de Conservação e manejo do fogo; (3) Restauração de áreas degradadas; (4) Avaliação do risco de extinção da fauna e da flora; e, (5) Integração com comunidades locais e boas práticas produtivas no entorno de áreas protegidas.

O Projeto foi classificado na Categoria B por os potenciais impactos negativos diretos e indiretos e riscos sociais e ambientais relacionados principalmente ao contexto socioambiental complexo e abrangência dos 3 biomas – Caatinga, Pampa e Pantanal, onde serão implementados os componentes do Projeto, que exigirão uma gestão territorial em torno das áreas e atividades previstas. Após analisar a Avaliação Ambiental e Social (AAS), espera-se que o Projeto gere também resultados sociais positivos como por exemplo, maior bem-estar e melhores condições de subsistência das comunidades que vivem em unidades de conservação ou no seu entorno. Estes resultados estarão associados à melhoria das condições ambientais e de proteção aos recursos naturais e à promoção de boas práticas produtivas que gerem benefícios econômicos para as populações locais em decorrência do turismo, pagamentos por serviços ambientais e do engajamento em outras práticas produtivas sustentáveis. Não se prevê que as atividades do Projeto gerarão impactos socioambientais negativos significativos, isto é, impactos negativos irreversíveis de grande magnitude e abrangência geográfica.

Em relação aos potenciais **impactos ambientais negativos**, associados principalmente a pequenas construções para sedes das UC, postos de vigilância, centros de visitação, trilhas e ações de turismo de natureza e pequenas quantidade de lixo produzido na realização das ações de manejo, vigilância e visitação, a maioria dos quais serão temporais, com efeito reversível, abrangência geográfica localizada e com medidas de mitigação conhecidas e factíveis de implementar.

Em relação **aos impactos sociais negativos**, o principal risco está associado na gestão territorial das áreas de conservação que implica na potencial restrição de acesso a recursos naturais e das práticas de produção e das comunidades tradicionais e demais comunidades locais sobrepostas às áreas propostas de categorias não compatíveis com o uso, assim como potenciais conflitos e frustrações entre as comunidades locais residentes e as

unidades de conservação. Para prevenir e mitigar estes impactos e riscos, o Componente 5 do projeto prevê uma série de medidas e atividades para garantir a participação, consulta, engajamento e mediação de acordos previstos tanto no âmbito do GEF Terrestre, quanto na legislação brasileira¹ que prevê ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais e vulneráveis residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações. Em outras palavras, o projeto prevê em sua estratégia de execução trabalhar em colaboração com comunidades residentes nas UCs selecionadas e áreas do entorno (tantos as consideradas como Povos e Comunidades Tradicionais – PCT, como outros grupos vulnerabilizados), sempre que apropriado visando um engajamento das comunidades tanto como uma ferramenta para melhoria da eficácia da conservação como também vetor de desenvolvimento humano e econômico das comunidades.

Durante a preparação do GEF Terrestre, uma avaliação sociocultural (ASC) preliminar foi conduzida a partir de levantamentos socioculturais preliminares para identificar populações dentro e no entorno das possíveis áreas de atuação do Projeto quando se buscou identificar a existência de moradores, a situação de titularidade das terras e se pertenciam a Comunidades Tracionais ou Territórios Indígenas. O ICMBio também realizou um levantamento para verificar e confirmar os dados apresentados nestes levantamentos. Essas informações serão complementadas por um levantamento sistemático sociocultural e etnográfico de campo (ASC) mais detalhado, que integram as atividades do Componente 1 e 2 e 3.

Para evitar e mitigar potenciais impactos e riscos socioculturais e econômicos, foram desenhadas medidas nos Planos de Gestão Ambiental e Social (PGAS) como resultado da Avaliação Ambiental e Social (AAS) dos diferentes componentes do programa que inclui também o detalhamento da avaliação sociocultural das comunidades tradicionais potencialmente afetadas. Esta análise será enriquecida a partir do formulário de Verificação Socioambiental e Cultural que será aplicado durante os estudos socioambientais e culturais previstos como ponto de partida do projeto e deverão orientar a escolha das áreas e preparação dos Planos Operacionais Anuais (POA) de forma a assegurar que as medidas de mitigação do PGAS sejam readequadas de forma a garantir que as questões de salvaguardas sociais, culturais e ambientais sejam adequadamente identificadas e cumpridas de acordo com as políticas do BID.

Cabe salientar que o Projeto não inclui nenhuma forma de expropriação, nem reassentamento físico involuntário de qualquer pessoa, incluindo povos indígenas, comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais e vulnerabilizadas, mas exigirá a negociação de áreas de manejo sustentável e restrição de acesso aos recursos naturais em algumas UCs. No caso de potencial impacto econômico ou cultural resultado da restrição do acesso a recursos naturais e ao seu uso costumeiro por povos indígenas e comunidades tradicionais, o Projeto prevê o desenvolvimento, de forma participativa, de alternativas econômicas com as comunidades e pessoas afetadas, assim como a garantia dos direitos costumeiros garantidos pela PNPCT. O Ministério do Meio Ambiente declarou que nenhuma área será desapropriada, e não haverá reassentamento físico de comunidades indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais e residentes dentro das UCs seguindo as políticas do Banco e o marco regulatório brasileiro. Adicionalmente, no âmbito de cada componente são previstas medidas para que o reassentamento físico involuntário seja evitado e reduzir impactos econômicos ocasionados pela restrição de acesso e uso dos recursos naturais. As categorias de manejo das novas UCs e definição de limites a ser realizadas com base nos levantamentos socioeconômicos e culturais e negociação com outros setores a fim de mitigar conflitos com as comunidades residentes.

O Funbio será a agência executora responsável pela implementação do PGAS em coordenação com o MMA, os gestores das UCs, as entidades implementadoras (ICMBio e OEMAs) e o Comitê Executivo do Projeto. O Funbio também será responsável pela implementação de um mecanismo de queixas e reclamações que será implementado como parte do PGAS e atuará na gestão e resolução de conflitos e conciliação dos interesses, de forma que os direitos das comunidades afetadas permaneçam resguardados.

¹ Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) Instruções Normativas do ICMBio Termo de Compromisso e Acordos de Gestão que visam garantir a conservação da biodiversidade e as características socioeconômicas e culturais dos grupos sociais envolvidos.

Tanto a AAS quanto o PGAS foram disponibilizados nos sites do BID, MMA e Funbio, e serviram de base para o convite de uma reunião pública e de livre acesso no dia 24 de janeiro de 2018, em Brasília. A consulta contou com 65 representantes da sociedade civil organizada dos três biomas do Projeto, partes afetadas e interessadas e agências governamentais estaduais e federais, assim como demais beneficiários do Projeto, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) e os órgãos gestores estaduais ou municipais de Unidades de Conservação. A metodologia para garantir a consulta foi adequada e de acordo com os requisitos do OP-765 e do OP-761, especialmente para assegurar a igualdade de participação do gênero e a inclusão de povos indígenas e demais comunidades tradicionais e as evidências correspondentes, como convites, agenda, minutas, listas de reuniões e fotografias, são consideradas satisfatórias para o Banco.

3. Descrição da Operação

O Projeto GEF-Terrestre pretende melhorar a conservação da biodiversidade na Caatinga, no Pampa e no Pantanal, por meio da expansão e fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e da integração com outras estratégias de conservação incluindo os Planos de Ação Nacionais (PAN) para espécies ameaçadas e a restauração de áreas degradadas. O conjunto de resultados e produtos visam o alcance das seguintes metas:

- a. Criação de 1 milhão hectares de novas UCs;
- b. Planos de sustentabilidade financeira para 24 UCs (individuais ou agregados);
- c. Melhoria na efetividade de gestão de 19 UCs;
- d. Manejo integrado do fogo em 3 UCs e em 20.000 hectares do entorno;
- e. Manejo sustentável em paisagens de áreas produtivas de 3 comunidades – 23.000 há;
- f. Recuperação de 5.000 ha de áreas degradadas;
- g. 11 Planos de Ação territoriais para espécies ameaçadas elaborados;

Para o pleno alcance deste objetivo, o projeto tem cinco componentes descritos a seguir:

Componente 1 - Criação de Unidades de Conservação: Este componente apoia a criação, ampliação ou readequação de limites de Unidades de Conservação por meio do financiamento de: (i) avaliações ambientais, socioeconômicas e fundiárias; (ii) consultas públicas e eventos de participação; (iii) elaboração de documentos legais para o estabelecimento de Unidades de Conservação (UC); (iv) para unidades com provisões de uso sustentável ou potencial de turismo, análises relacionadas ao desenvolvimento sustentável do capital natural (planos de sustentabilidade financeira); e (v) materiais básicos de divulgação e informação sobre as áreas.

Componente 2 - Manejo de Unidades de Conservação e áreas adjacentes: Este componente visa aumentar a efetividade de conservação por meio da ampliação da capacidade de planejamento, monitoramento e implementação da UC. Este é subdividido em três subcomponentes:

Sub-componente 2.1 – Fortalecimento da Gestão de Unidades de Conservação. Este subcomponente financiará: (i) preparação e implementação de planos de manejo e planos de sustentabilidade financeira; (ii) implementação de ações prioritárias para melhorar a efetividade da gestão; (iii) monitoramento da biodiversidade; e (iv) infra-estrutura e equipamentos, entre outras ações necessárias para a implementação do plano de manejo.

Sub-componente 2.2 - Manejo Integrado do Fogo. Este subcomponente financiará: (i) atividades de prevenção, monitoramento e controle de incêndio dentro das UCs; (ii) pesquisas e oficinas de manejo integrado de fogo (MIF); (iii) desenvolvimento de protocolos de manejo do fogo; e (iv)

divulgação e treinamento para promover a colaboração e implementação de protocolos de MIF em UCs e áreas adjacentes.

Sub-componente 2.3 - Manejo em áreas produtivas. Este subcomponente financiará: (i) desenvolvimento de instrumentos de gestão para as utilizações dos recursos naturais das comunidades residentes em UC, incluindo acordos de gestão² e termos de compromisso³; e (ii) implementação de boas práticas de gestão pelas comunidades locais relacionadas a atividades produtivas que contribuem para a manutenção da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas. Alguns exemplos de boas práticas a serem apoiadas são o manejo do gado em pastagens nativas, o extrativismo sustentável e a meliponicultura.

Componente 3. Restauração de áreas degradadas. Este componente financiará: (i) árvores de decisão, que deverão orientar a seleção do método de restauração recomendável para cada situação, e protocolos de monitoramento para Caatinga, Pampa, Pantanal e Cerrado; (ii) mapas de restauração para os três biomas alvo; (iii) implementação da restauração, incluindo plano de recuperação e monitoramento. Serão contabilizadas como contrapartida as atividades de restauração por proprietários privados e atividades para prevenir, controlar e combater a desertificação na Caatinga.

Componente 4. Monitoramento de Riscos de Extinção da Flora e Fauna. Este componente financiará as seguintes atividades: (i) desenvolvimento de planos de ação nacionais territoriais⁴ para a conservação de espécies ameaçadas (PAN) para os três biomas; (ii) implementação de diretrizes para a conservação de espécies ameaçadas constantes em PANs dos três biomas; (iii) monitoramento de PANs; (iv) avaliação da eficácia da UC selecionada para a conservação e recuperação de espécies ameaçadas; (v) avaliação dos riscos de extinção de espécies ameaçadas; e (vi) consolidação do portal de informação sobre biodiversidade.

Componente 5. Comunicação, Engajamento e Integração com comunidades. Este componente visa promover articulação entre instituições partícipes e a sociedade civil, bem como a comunicação e participação das comunidades locais nas ações do Projeto, por meio de: (i) seminários ou oficinas que promovam articulação institucional; (ii) capacitação e oficinas envolvendo comunidades locais; (iii) produção e divulgação de materiais de comunicação que promovam sensibilização e envolvimento de atores locais; e (iv) implementação de mecanismos de participação.

4. Impactos, Riscos y Medidas de Mitigação Principais

Requisitos de Avaliação

OP-703 (Política de Meio Ambiente e Observância de Salvaguardas): B.3 (Pré-avaliação e Classificação), B.4 (Outros Fatores de Risco), e B.5 (Requisitos de Avaliação e Planos Ambientais)

Seguindo a diretriz de pré-avaliação e classificação B.3, o Projeto foi classificado como Categoria B porque seus potenciais impactos diretos e indiretos têm efeitos reversíveis e temporários, de abrangência geográfica localizada, para os quais existem medidas de mitigação e compensação conhecidas e factíveis de implementar.

² Conforme a Instrução Normativa N. 29 de 5 de setembro de 2012 do ICMBio **Acordo de Gestão** o documento que contém as regras construídas e definidas pela população tradicional beneficiária da Unidade de Conservação de Uso Sustentável e o Instituto Chico Mendes quanto às atividades tradicionalmente praticadas, o manejo dos recursos naturais, o uso e ocupação da área e a conservação ambiental, considerando-se a legislação vigente.

³ Conforme a Instrução Normativa N.26, de 4 de julho de 2012 do ICMBio **Termo de Compromisso** é o instrumento de gestão e mediação de conflitos, de caráter transitório, a ser firmado entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão, visando garantir a conservação da biodiversidade e as características socioeconômicas e culturais dos grupos sociais envolvidos.

⁴ Os Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção ou do Patrimônio Espeleológico (PAN) são políticas públicas, pactuadas com a sociedade, que identificam e orientam as ações prioritárias para combater as ameaças que põem em risco populações de espécies e os ambientes naturais e assim protegê-los. Para exemplos ver: <http://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira/planos-de-acao-nacional>

Em relação aos riscos ambiental e social, esta operação foi classificada como risco substancial, principalmente devido ao contexto socioambiental dos biomas e aos potenciais impactos negativos de algumas atividades do Projeto. Veja a seção de impactos mais abaixo.

Deve-se notar que, durante a fase de preparação da operação e em conformidade com a diretriz B.5 (avaliação ambiental e social), o Banco apoiou a elaboração de um AAS sobre os riscos e impactos que normalmente ocorrem no setor e em intervenções prioritárias, bem como o correspondente PGAS, que será parte do MOP. O relatório que inclui o AAS e o PGAS está disponível no site externo do Banco, do Ministério de Meio Ambiente e do Funbio e apresenta procedimentos, responsabilidades, diretrizes e critérios para identificar, avaliar, mitigar e monitorar os impactos ambientais e sociais das ações específicas financiadas pelo Projeto.

O PGAS será um anexo ao MOP, estabelecendo requisitos ambientais e sociais para garantir que o Projeto seja executado em conformidade com as salvaguardas do Banco e de acordo com as condições estabelecidas no Anexo B deste Relatório de Gestão Ambiental e Social (RGAS).

Deve-se notar que, de acordo com o atual marco regulatório no Brasil, não é necessário um EIA ou licenças ambientais para este tipo de operação e, da mesma forma, não é considerado necessário obter licenças ou EIA para o tipo de construção atualmente previstas para a Projeto. No entanto, se no futuro algum tipo de instrumento de avaliação ambiental fosse necessário para tais ações do Projeto, o PGAS estabelece diretrizes para cumprir esses regulamentos pelo Funbio, que deve preparar os estudos e obter as licenças que sejam necessárias.

Por outro lado, a Diretiva B.4 (Outros Fatores de Risco) foi ativada, levando em consideração a complexidade do contexto sociomambiental em que as ações do Projeto serão desenvolvidas, apesar de o Funbio ter capacidade institucional e bons resultados de outros programas do GEF ao longo de várias décadas de operação, tendo ganhado reconhecimento e apoio de diferentes atores e outros beneficiários. No entanto, na avaliação da gestão do Projeto durante a etapa de preparação, foram identificadas oportunidades de melhoria que serão abordadas com esta operação, especialmente em termos de fortalecimento dos programas de comunicação, implementação e gestão de um Mecanismo de Reclamações, com foco em gênero e diversidade étnica e cultural para obter melhores resultados nas ações planejadas no futuro e em conformidade com as políticas do Banco (OP-761 e OP-765).

Consultas

OP-703 (Política de Meio Ambiente e Observância de Salvaguardas): B.6 (Consultas); e Requisitos de Consulta de OP-710 (Política Operativa sobre Reassentamento Involuntário), OP-765 (Política Operacional sobre Povos Indígenas), OP-761 (Política Operativa sobre Igualdade de Gênero no Desenvolvimento), e OP-704 (Política de Gestão de Risco de Desastres Naturais).

O Projeto vem sendo preparado de forma aberta e participativa, com a inclusão de insumos obtidos durante um processo de consulta com representantes de diferentes partes interessadas provenientes dos 3 biomas da Caatinga, Pampa e Pantanal, que garantiu a participação efetiva dos principais atores, produtores e beneficiários do Projeto, incluindo mulheres, indígenas, afrodescendentes e demais comunidades tradicionais e residentes nestes territórios.

Assim, na fase de preparação, os riscos, oportunidades, ações e, em geral, os beneficiários do Projeto foram identificados a partir de oficinas e reuniões de trabalho implementadas pelo MMA e Funbio, bem como através de informações secundárias. Do mesmo modo, todos os atores envolvidos foram convidados a participar de quatro oficinas regionais nos anos 2015 e 2016 e de um evento final de consulta, organizado em Brasília no 25 de janeiro, 2018, que contou com a participação de 65 pessoas que se apresentaram como representantes da sociedade civil organizada dos três biomas do Projeto, partes afetadas e interessadas e agências governamentais estaduais e federais, assim como demais beneficiários. Do total de participantes, 34 eram mulheres, enquanto 31 homens, o que representa um bom equilíbrio de gênero na audiência. Em relação aos biomas, 17 representavam organizações não governamentais e comunidades locais provenientes da Caatinga, 6 representavam o Pampa, enquanto 10 participantes representaram o Pantanal. Do total de participantes, 32 representavam instituições governamentais e organizações da sociedade civil que atuam nos 3 biomas.

Tanto a consulta pública quanto as oficinas regionais proporcionaram oportunidades de participação livre, pública e acesso gratuito, que foram extremamente importantes para divulgar o escopo e os propósitos do projeto para as diferentes partes interessadas, assim como estabelecer um espaço para o diálogo direto, capaz de receber opiniões, sugestões e possíveis preocupações sobre possíveis impactos ambientais e sociais. Nesse sentido, a metodologia para garantir a consulta foi adequada e de acordo com os requisitos do OP-765 e do OP-761, especialmente para assegurar a igualdade de participação do gênero e a inclusão de produtores indígenas e demais comunidades tradicionais e as evidências correspondentes, como convites, agenda, minutas, listas de reuniões e fotografias, são consideradas satisfatórias para o Banco.

Resultados das consultas: com base nas discussões e questões levantadas durante a consulta, considera-se que os participantes demonstraram uma compreensão em relação ao conteúdo, linguagem e forma que foi estruturado a AAS e o PGAS, e que os respectivos documentos foram preparados usando-se linguagem e forma apropriadas para descrever os principais potenciais impactos e respectivas medidas de gestão. O principal resultado da consulta foi a recomendação, feita pelos participantes, de o GEF Terrestre adotar a gestão adaptativa do PGAS para permitir ajustes ao longo da execução do projeto incluindo a identificação de eventuais impactos e riscos sociais e ambientais pelas próprias partes afetadas durante a fase de implementação dos diferentes componentes. Destacou-se também a importância e necessidade de os gestores locais das UC's serem treinados para endereçar e reportar as medidas de gestão previstas no PGAS, as questões de salvaguardas sociais e ambientais, assim como demais temas relevantes para o Projeto.

No contexto acima mencionado, o processo de consulta foi totalmente concluído para a fase de preparação desta operação da Categoria B, e espera-se que siga o processo de consulta durante a fase de execução do Projeto. Note-se que, durante o processo de preparação para esta operação, a Unidade de Salvaguardas Ambientais e Sociais do Banco realizou reuniões de trabalho com representantes de instituições envolvidas e atores relevantes, bem como reuniões informativas para avaliar o grau de interesse, conhecimento e participação deles nas ações do Projeto. Desta forma, foram encontradas evidências significativas de participação e apoio para esta iniciativa e não houve riscos ou barreiras significativas que pudessem representar a exclusão de grupos étnicos, mulheres e grupos vulneráveis. No entanto, o Banco exigirá um maior esforço no processo de comunicação e participação, na coleta de dados desagregados por gênero e grupo étnico, bem como a implementação das diversas ações do Projeto com foco em gênero e diversidade cultural adaptada a cada bioma do país para evitar potenciais riscos de exclusão e para melhorar ainda mais os efeitos positivos, que serão um requisito contratual no seguimento das políticas do Banco.

Uma vez que os componentes do Projeto envolvem a negociação com os povos indígenas e demais comunidades tradicionais, o seu consentimento prévio ou a implementação de negociações de boa-fé será necessária. Portanto, vale ressaltar que a OIT 169 assim como a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) – Decreto nº 6.040/2007, que tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, estão observados e serão cumpridos no âmbito do marco legal do Projeto.

Divulgação de Informação

OP-703 (Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas): B.5 (Requisitos de Avaliação e Planos Ambientais); OP-102 (Política de Acesso à Informação)

Uma primeira versão do relatório do AAS/PGAS foi publicada no site externo do Banco no 4 de janeiro, 2018, antes do início da Missão de Análise do Banco. Uma segunda versão do referido relatório foi atualizada para refletir os resultados e as recomendações emergentes da fase de preparação e do evento final de consulta. O documento atualizado do AAS/PGAS foi disponibilizado ao público no site do Banco antes da distribuição da operação ao Comitê de Operações (OPC) do BID e pode ser encontrado no seguinte link: <https://idbg.sharepoint.com/teams/EZ-BR-IGR/BR-G1004/15%20LifeCycle%20Milestones/OEL%206%20-%20AAS%20-%20PGAS.pdf>

Além disso, o presente Relatório de Gestão Ambiental e Social (RGAS) será divulgado no site externo do Banco, de acordo com a Política de Acesso à Informação (OP-102), simultaneamente com a distribuição da proposta de empréstimo para consideração do Conselho de Administração do BID. Por outro lado, se houver necessidade de licenças e licenças ambientais, os respectivos documentos ambientais e sociais devem ser publicados pelo Funbio em conformidade com as normas nacionais e as políticas do Banco. Neste contexto, o requisito do Banco referente a esta política é considerado satisfatório e cumprido.

Impactos e Riscos Ambientais e Sociais e medidas de mitigação

OP-703 (Política de Meio Ambiente e Observância de Salvaguardas): B.5 (Requisitos da avaliação ambiental), B.9 (Habitats Naturais e Sítios Culturais), B.10 (Materiais Perigosos), e B.11 (Prevenção e Redução da Poluição).

O Projeto foi classificado na Categoria B por os potenciais impactos negativos diretos e indiretos e riscos, a maioria dos quais são temporais, tem efeitos reversíveis, abrangência geográfica localizada e tem medidas de mitigação conhecidas e factíveis de implementar. Também, esta operação foi classificada de risco ambiental e social substancial, principalmente por contexto complexo nos biomas onde serão implementadas as ações do Projeto.

Após avaliar o Projeto por meio de uma Avaliação Ambiental e Social (AAS), foi determinado que a maioria dos impactos ambientais e sociais do projeto serão positivos, pois todas as atividades previstas visam a conservação da biodiversidade, gestão de recursos naturais, produção sustentável e o engajamento e participação das comunidades afetadas e demais partes interessadas locais para a obtenção destes resultados.

No entanto, também foi determinado que os principais impactos negativos e riscos do Projeto se relacionam a:

- Potencial risco de restrição de acesso das comunidades tradicionais sobrepostas às áreas propostas de categorias não compatíveis com o uso;
- Conflitos entre representantes de diferentes setores com interesses contrapostos;
- Pequenas construções para sedes das UC, postos de vigilância, centros de visitação, trilhas e ações de turismo de natureza;
- Pequenas quantidade de lixo produzido na realização das ações de manejo, vigilância e visitação;
- Potenciais falhas nas cadeias de valor podem produzir perdas para os produtores;
- Esgotamento dos estoques ambientais pela superprodução;
- Uso indevido de substâncias químicas contaminantes;
- Desenvolvimento de planos de ação nacionais territoriais para a conservação de espécies ameaçadas (PAN) pode implicar em impactos econômicos sobre as pessoas vivendo nos territórios;
- Frustração das comunidades em relação às expectativas não atendidas;

Em relação às medidas de gestão, é importante ressaltar que o Projeto possui um PGAS, seguindo as melhores práticas do setor a nível internacional e as políticas do BID, para evitar, minimizar e/ou compensar os possíveis impactos e riscos através de a adoção de novas tecnologias e as melhores práticas agrícolas, controle integrado de pragas para evitar o uso de pesticidas perigosos, reciclagem de plásticos, lavagem tripla, coleta de contêineres e resíduos contaminados por empresas especializadas, uso de equipamentos de proteção quando apropriado pela trabalhadores, operadores, técnicos e extensionistas, planos de contingência e prevenção de acidentes, melhores práticas de segurança e saúde ocupacional, bem como capacitação e conscientização. O Funbio já possui procedimentos seguindo padrões internacionais para gerenciamento de resíduos perigosos e não perigosos, bem como medidas para prevenir acidentes, saúde, higiene e segurança no trabalho. O referido, juntamente com os anos de experiência do Funbio com o gestão de áreas protegidas, são evidências de sua capacidade institucional sustentável a longo prazo.

O Funbio será responsável de apoiar, treinar e garantir o cumprimento dessas medidas de gestão, incluindo empresas privadas contratadas no futuro para a construção de pequenas instalações e prestação de serviços, que devem preparar um PGAS específico para cada trabalho e que incluirá as melhores práticas em construção com as correspondentes medidas de higiene, saúde e segurança no trabalho. Da mesma forma, o Banco vai monitorar

direta ou indiretamente a implementação das referidas medidas e o grau de conformidade do Projeto com as políticas do BID e os melhores padrões internacionais.

Por outro lado, vale a pena notar que, para este Projeto, não foram identificados passivos ambientais, violações do marco regulatório nacional ou políticas do Banco que possam resultar em riscos de reputação significativos ou falhas futuras, não se espera o uso indiscriminado de agroquímicos, não se espera a introdução de espécies invasoras exóticas, nem a indução de desmatamento, nem a afectação de habitats naturais críticos e sítios culturais. Do mesmo modo, não se espera o reassentamento das famílias, nem o impacto negativo sobre as comunidades indígenas, demais comunidades tradicionais que vivem nestes biomas, nem sobre as mulheres ou outros grupos vulneráveis. Não é planejada a construção de grandes obras de infra-estrutura, ou grandes movimentos de solo, ou a geração indiscriminada de resíduos, ou a geração de grandes quantidades de gases de efeito estufa.

Com relação aos impactos sociais associados a restrição de acesso aos recursos naturais (e.g. áreas de pesca, jazidas minerais, pastagens, etc.) que podem ter desdobramentos econômicos e culturais, a principal medida de mitigação será definida de forma participativa e consentida diretamente com a população afetada. Espera-se que as atividades econômicas e socioculturais das populações residentes sejam compatibilizadas com os objetivos de manejo das Unidades de Conservação, acomodando de forma racional e equitativa ambos objetivos – ou seja, assegurando o bem-estar das populações concomitantemente com as atividades de conservação da Natureza.

Dessa forma, a categoria para a criação e manejo das novas Ucs e definição de seus limites será realizada com base nos levantamentos socioeconômicos e culturais e negociação com as comunidades afetadas e demais partes interessadas a fim de mitigar conflitos. Com esta finalidade, existem duas medidas que integram o Projeto:

1) Componente 5, que prevê atividades de engajamento e participação, incluindo o monitoramento das ações participativas dos Componentes 1, 2, 3 e 4 do GEF-Terrestre; 2) Mecanismo de Reclamos, sob responsabilidade do Funbio, dedicado a capturar e solucionar as principais questões, reclamações, queixas e manifestações das partes interessadas e afetadas. O projeto contará com o auxílio de grupos de trabalho formados para analisar as consequências de seu apoio na resolução ou acirramento do conflito, bem como para buscar soluções conciliatórias que propiciem o apoio à UC pelo projeto.

Os principais mecanismos para mitigação e compensação serão elaborados durante oficinas participativas para construção conjunta com comunidades afetadas de alternativas econômicas que as atendam satisfatoriamente e adequadamente suas necessidades econômicas, sociais e culturais. Estas alternativas econômicas ou medidas compensatórias devem ser adequadas com ganho equivalente ou superior para as comunidades locais afetadas. As pessoas afetadas pelo projeto, i.e., pessoas que por ventura perderem acesso a parques e áreas protegidas legalmente estabelecidos com um resultante impacto adverso nos seus meios de vida, são elegíveis para receber ações de apoio, mitigação ou compensação realizadas pelo projeto.

Modo de Vida e Reassentamento

OP-710 (Política Operativa sobre Reassentamento Involuntário)

De acordo com o AAS, PGAS e POD, a OP-710 não foi acionada pois o projeto não vai apoiar atividades que conduzam ou requeiram reassentamento físico involuntário. Caso seja inevitável o reassentamento físico involuntário para a implementação de alguma ação, o Projeto não apoiará a referida atividade.

Povos Indígenas

OP-765 (Política Operativa sobre Povos Indígenas)

O Projeto oferecerá oportunidades e benefícios para diversas partes interessadas, independentemente do origem étnico e demais grupos vulnerabilizados que residem nos territórios de atuação do GEF Terrestre, pois são participantes diretos e indiretos dos vários benefícios atribuíveis ao Projeto com liberdade suficiente e sem barreiras que possam presumir sua exclusão ou marginalização de forma significativa.

Como os componentes do projeto são direcionados aos povos indígenas, comunidades tradicionais e grupos vulnerabilizados, além de poderem afetar negativamente esses grupos, seu consentimento prévio é exigido, assim como a negociação de boa fé. O Componente 5 do Projeto prevê mecanismos de resolução de conflitos que podem ocorrer nos casos de divergências ou conflito de interesses entre os objetivos das unidades de conservação postulantes ao apoio do projeto e populações indígenas e tradicionais. Neste caso, o apoio ficará condicionado a um processo de conciliação dos interesses, de forma que os direitos das pessoas afetadas permaneçam resguardados. O projeto contará com o auxílio de grupos de trabalho formados para analisar as consequências de seu apoio na resolução ou acirramento do conflito, bem como para buscar soluções conciliatórias que propiciem o apoio à UC pelo projeto.

Além disso, as consultas iniciais realizadas pelo Funbio foram inclusivas em relação a esses grupos e metodologicamente adequadas e de acordo com os requisitos da OP-765, especialmente para assegurar que esses atores estavam envolvidos e expressaram suas opiniões como participantes.

No entanto, o Banco exigiu um maior esforço do Funbio para implementar todas as suas ações com foco na diversidade cultural e adaptado às características étnicas de cada região para alcançar um maior impacto positivo e duradouro. Desta forma, como parte do Projeto, será preparado um plano sociocultural para cada UC e bioma, e o desenho de uma estratégia de trabalho para estas comunidades tradicionais adaptados a cada bioma e cada grupo resguardando suas especificidades, especialmente para os casos de potencial restrição de acesso aos recursos naturais por causa do Projeto.

Com este plano, será dado maior ênfase ao uso de práticas culturalmente apropriadas, ao desenho de cursos e materiais de divulgação em línguas indígenas, e relevante para o nível de escolaridade desses grupos, bem como a contratação de técnicos e extensionistas pertencentes a essas comunidades e conhecedor da língua local e seus costumes. O Funbio será responsável pela implementação desta estratégia e pelo acompanhamento correspondente, desagregando os dados por gênero e etnia. Essas medidas integram o PGAS da operação e das cláusulas contratuais do Banco, que estarão encarregadas de supervisionar a conformidade.

Igualdade de Gênero

OP-761 (Política Operativa sobre Igualdade de Gênero no Desenvolvimento)

O Projeto buscará a igualdade de gênero e fornecerá oportunidades para a participação plena das mulheres e dos homens nas suas atividades. Homens e mulheres serão incentivados a participar igualmente nos diálogos, consultas públicas e conselhos gestores de UCs. Em ações, como as foco do GEF Terrestre, prevê-se o reconhecimento do trabalho feminino nos segmentos rurais, especialmente o doméstico, a fim de aliviar a dupla jornada de trabalho, propiciando o reconhecimento da importância dos trabalhos realizados por mulheres no conjunto de atividades remuneradas ou não, como necessárias a reprodução da vida social das comunidades. O projeto também apoia a participação ativa de homens e mulheres e de pessoas de diferentes faixas etárias que integram os povos indígenas e demais comunidades tradicionais, de maneira a respeitar as tradições culturais e sociais.

O cumprimento da OP-761 também foi observada durante o evento de consulta pública para debate e divulgação da AAS e PGAS quando do total de 65 participantes, 34 eram mulheres, enquanto 31 homens, o que representa um bom equilíbrio de gênero na audiência.

Gestão do Risco de Desastres

OP-704 (Política de Gestão de Risco de Desastres Naturais)

O presente Projeto foi avaliado e categorizado como **risco baixo** devido à sua exposição a potenciais catástrofes naturais, principalmente devido à localização geográfica das pequenas obras de infra-estrutura planejadas (Tipo 1), que serão sujeitas a chuvas torrenciais e inundações, principalmente. O Funbio já possui um Plano de Contingência em execução, que será atualizado para incluir as novas obras de infra-estrutura e, se necessário, será elaborado um plano específico para a gestão de riscos devidos a desastres naturais. No mesmo contexto,

considerando o pequeno tamanho e a localização das obras, não se espera efeito de exacerbação de impactos em caso de ocorrência de desastres naturais (cenário Tipo 2).

Além disso, o Funbio e as empresas de construção cumprirão os códigos de construção do Brasil e os melhores padrões do setor, que farão parte do PGAS e as cláusulas contratuais, com um rigoroso monitoramento e supervisão pelo Banco.

Supervisão

OP-703 (Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas): B.5 (Requisitos de Avaliação e Planos Ambientais) y B.7 (Supervisão e Cumprimento), OP-710 (Política Operativa sobre Reassentamento Involuntário), OP-761 (Política Operativa sobre Igualdade de Gênero no Desenvolvimento), OP-704 (Política de Gestão do Risco de Desastres Naturais) e OP-765 (Política Operativa sobre Povos Indígenas)

O Funbio e Unidade de Coordenação do Projeto no MMA deverão implementar o PGAS durante a execução do projeto a partir dos procedimentos, cronograma e indicadores estabelecidos no Manual Operacional do Projeto. Finalmente, um quarto nível de controle consiste do Comitê Executivo do Projeto. O Banco monitorará o cumprimento, por parte do órgão executor, de todos os requisitos de salvaguarda estipulados no contrato de empréstimo e regulamento operacional ou financeiro do projeto.

As missões de supervisão serão realizadas especificamente focadas na verificação da execução de planos de gestão ambiental e social e no cumprimento das políticas de salvaguardas do BID. Para facilitar esse processo, a agência executora incluirá relatórios anuais de desempenho ambiental e social, juntamente com relatórios de progresso físico-financeiro, com base nos requisitos da Análise Ambiental e Social e seus planos de gestão. O Banco determinará a frequência das referidas missões de supervisão de acordo com as necessidades específicas, dependendo do estado de execução das atividades. Esses requisitos serão incluídos nos documentos de empréstimo para esta operação.

5. Requisitos Ambientais e Sociais

Ver Anexo B

6. Resumo do Cumprimento das Políticas de Salvaguarda do BID

Anexo A: Resumen de Cumplimiento con las Políticas de Salvaguardias del BID

Políticas / Diretrizes	Aspectos Pertinentes de Políticas/Diretrizes	Status de cumprimento dos Requisitos de Políticas / Diretrizes e Justificação	Requisitos / Ações / Planos
OP-703 Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas			
B.2 Legislação e Regulações Nacionais	Cumprir com as leis e regulamentos nacionais	Cumprimento alcançado para a etapa de preparação e esperado para as ações durante a implementação do Projeto.	Se no futuro algum tipo de instrumento de avaliação ambiental for necessário para tais ações do Projeto, o PGAS estabelece diretrizes para cumprir esses regulamentos pelo Funbio, que deve preparar os estudos e obter as licenças que sejam necessárias.
B.3 Pré-avaliação e Classificação	Avaliação previa e classificação da operação em função de impactos	Cumprimento pleno alcançado, o Projeto foi avaliado na Categoria B, de conformidade com a directriz B.3	Se o monitoramento e avaliação da execução do Projeto implicarem em uma nova avaliação socioambiental do projeto que resulte em uma reclassificação, então, este cumprimento sera revisado.
B.4 Outros Fatores de Risco	Capacidade institucional	MMA e Funbio demonstraram cumprimento alcançado para a etapa de preparação e esperado para as ações durante a implementação do Projeto.	A capacidade institucional da agencia executora, FUNBIO, será monitorada e avaliada ao longo da implementação do PGAS.
B.5 Requisitos de Avaliação e Planos Ambientais	Avaliações ambientais	Cumprimento alcançado para a etapa de preparação e esperado para as ações durante a implementação do Projeto.	O PGAS inclui os requisitos e planos ambientais especificos para cada área protegida que serão monitorados durante a implementação.
B.5 Requisitos de Avaliação e Planos Sociais	Aplica a todos os projetos do Banco	Uma avaliação sociocultural preliminar foi realizada durante a preparação do Projeto, com base em informações de levantamento de campo e dados secundários. Contudo, o cumprimento pleno deverá ser obtido durante a fase de implementação quando o Projeto deverá aprofundar estes estudos ambientais, socioeconômicos, culturais, etnográficos e fundiários para caracterização da área a fim de subsidiar o desenho da proposta de criação e manejo das Unidades de Conservação.	O PGAS do Projeto prevê o desenvolvimento de uma Avaliação Sociocultural (ASC) específica para cada área de conservação a ser apoiada pelo Projeto.

Políticas / Diretrizes	Aspectos Pertinentes de Políticas/Diretrizes	Status de cumprimento dos Requisitos de Políticas / Diretrizes e Justificação	Requisitos / Ações / Planos
B.6 Consultas	Aplicável a todos os projetos categoria A e B	<p>Conformidade alcançada durante a etapa de preparação e esperada durante a etapa de implementação.</p> <p>Realizou-se uma série de consultas com as principais partes interessadas, com ampla participação de mulheres e grupos étnicos.</p>	<p>Tanto o Componente 5 do Projeto quanto o PGAS prevêem realização de consultas, oficinas participativas e demais formas de engajamento e comunicação com a população afetada ao longo de toda a execução do GEF Terrestre.</p> <p>Além disso, a agência executora irá implementar e gerenciar um mecanismo de queixas e reclamações para garantir um canal permanente de manifestação e negociação ao longo da implementação do GEF Terrestre.</p>
B.7 Supervisão e Cumprimento	Aplicável a todos os projetos categoria A e B	Cumprimento alcançado para a etapa de preparação e esperado para as ações durante a implementação do Projeto.	O Banco supervisionará a execução do Projeto e o executor emitirá relatórios semestrais para demonstrar cumprimento com as políticas operacionais.
B.8 Impactos transfronteiriços	N/A	N/A	
B.9 Hábitats Naturais	Proteção de habitats naturais	Considerando o tipo, tamanho e localização geográfica do Projeto, esta diretiva foi ativada porque existem potenciais impactos negativos e riscos sobre habitats naturais, habitats naturais críticos e espécies protegidas, principalmente na construção das pequenas obras de infraestrutura dentro e fora das UCs.	O PGAS inclui os requisitos e medidas ambientais específicos para cada intervenção com potenciais impactos negativos que serão monitorados durante a implementação.
B.9 Espécies Invasoras	O Banco não apoiará operações através das quais se introduzam espécies invasoras.	Não aplicável. Não haverá impactos negativos por introdução de espécies invasoras exóticas.	O Projeto terá ações específicas para o combate de espécies invasoras já existentes nas áreas protegidas.
B.9 Sítios Culturais	O Banco não apoiará operações ou atividades que em sua opinião	Cumprimento esperado durante a implementação do Projeto.	O PGAS inclui os requisitos e planos ambientais específicos para cada

Políticas / Diretrizes	Aspectos Pertinentes de Políticas/Diretrizes	Status de cumprimento dos Requisitos de Políticas / Diretrizes e Justificação	Requisitos / Ações / Planos
	danifiquem sítios de importância cultural crítica.		identificação e proteção de sítios de importância cultural crítica.
B.10 Materiais Perigosos	Evitar os impactos negativos relacionados com materiais perigosos.	<p>Cumprimento esperado durante a implementação do Projeto.</p> <p>Durante a análise ambiental e social da operação, foi determinado que algumas ações do Projeto exigirão o uso de pequenas quantidades de produtos químicos e que também poderia gerar resíduos perigosos. No entanto, o risco é baixo, considerando o tipo de projeto e as medidas de gestão conhecidas e viável de implementar, que fazem parte do PGAS.</p> <p>Os principais produtos perigosos estão relacionados ao uso de pequenas quantidades de herbicidas químicos para o controle de ervas exóticas invasivas nas áreas protegidas.</p>	O PGAS inclui os requisitos e medidas ambientais específicos para cada área protegida na gestão de resíduos perigosos que serão monitorados durante a implementação.
B.11 Prevenção e Redução da Contaminação	Evitar, reduzir, ou eliminar a contaminação	<p>Cumprimento esperado durante a implementação do Projeto.</p> <p>Durante a análise ambiental e social da operação, foi determinado que a produção de resíduos será baixa e que há medidas de gestão conhecidas que são fáceis de implementar e que fazem parte do PGAS.</p> <p>Por outro lado, existe um risco mínimo de geração de poeira, ruído, erosão e contaminação de fontes de água durante a fase de construção de trilhas e pequenas obras para postos de controle, escritórios e centros de visitantes, para as quais o Funbio</p>	O PGAS inclui os requisitos e medidas ambientais específicos para cada área protegida na gestão de resíduos que serão monitorados durante a implementação.

Políticas / Diretrizes	Aspectos Pertinentes de Políticas/Diretrizes	Status de cumprimento dos Requisitos de Políticas / Diretrizes e Justificação	Requisitos / Ações / Planos
		possui procedimentos destinados a evitar, minimizar e gerenciar esses impactos potenciais. A geração de grandes quantidades de gases de efeito estufa não é esperada.	
B.12 Projetos em Construção	N/A	Não aplicável	
B.13 Empréstimos de Política e Instrumentos Flexíveis de Empréstimo	N/A	Não aplicável	
B.14 Empréstimos Multifase ou Repetidos	N/A	Não aplicável	
B.15 Operações de Cofinanciamento	N/A	Não aplicável	
B.16 Sistemas Nacionais	N/A	Não aplicável	
B.17 Aquisições	Promover a aquisição de obras, bens e serviços ambientalmente responsáveis.	Cumprimento esperado durante a implementação do Projeto.	O Banco supervisionará a execução do Projeto em cumprimento dos procedimentos de aquisição adequadas e compatíveis com as políticas operacionais.
OP-704 Política de Gestão de Risco de Desastres Naturais			
Avaliação e gestão de cenário de Risco tipo 2 ⁵	Reduzir riscos de desastres naturais a níveis aceitáveis, incluindo mudanças climáticas previstas a longo prazo.	Cumprido durante a preparação e esperado durante a implementação do Projeto. No que diz respeito ao risco de Tipo 1, o Projeto estará exposto a riscos baixos devido a desastres naturais, principalmente por chuvas excessivas e inundações. Nenhuma evidência de exacerbação dos referidos riscos	O Banco supervisionará a execução do Projeto em cumprimento com as políticas operacionais.

⁵ O cenário de risco tipo 2 ocorre quando a operação tem potencial de aumentar o risco para a vida humana, a propriedade, o meio ambiente e o próprio projeto.

Políticas / Diretrizes	Aspectos Pertinentes de Políticas/Diretrizes	Status de cumprimento dos Requisitos de Políticas / Diretrizes e Justificação	Requisitos / Ações / Planos
		devido ao Projeto foi encontrada (Tipo 2, não aplicável)	
A.2 Gestão de contingencia (Plano de resposta a emergências, plano de saúde e segurança da comunidade e ocupacional.	Os projetos financiados pelo Banco incluirão medidas para reduzir riscos de desastres naturais a níveis aceitáveis.	Cumprimento esperado durante a implementação do Projeto.	Não precisa de Plano de Resposta a Emergências, por o risco baixo, mais o Banco vai monitorar o cumprimento durante a implementação do Projeto.
OP-710 Política Operacional sobre Reassentamento Involuntário			
Minimização do Reassentamento	N/A	A Política Operacional de Reassentamento Involuntário (OP-710) não foi acionada pois o projeto não vai apoiar atividades que conduzam ou requeiram reassentamento físico involuntário.	O Banco supervisionará a execução do Projeto em cumprimento com as políticas operacionais.
Consultas do Plano de Reassentamento	N/A		
Análise de Risco de Empobrecimento	N/A		
Plano de Reassentamento Involuntário de Reassentamento	N/A		
Programa de Restauração dos Modos de Vida	N/A		
Consentimento (Povos Indígenas e outras Minorias Étnicas Rurais)	N/A		
OP-765 Política Operacional sobre Povos Indígenas			
Requerimento de avaliação Sociocultural	Avaliação Sociocultural	Uma avaliação sociocultural preliminar foi realizada durante a preparação do Projeto, com base em informações de levantamento de campo e dados secundários.	O PGAS do Projeto prevê o detalhamento de uma Avaliação Sociocultural (ASC) específica para área de conservação a ser apoiada pelo Projeto.

Políticas / Diretrizes	Aspectos Pertinentes de Políticas/Diretrizes	Status de cumprimento dos Requisitos de Políticas / Diretrizes e Justificação	Requisitos / Ações / Planos
Negociações de boa fé	Se aplica	O Componente 5 do Projeto prevê mecanismos de resolução de conflitos que podem ocorrer nos casos de divergências ou conflito de interesses entre os objetivos das unidades de conservação postulantes ao apoio do projeto e populações indígenas e tradicionais. Neste caso, o apoio ficará condicionado a um processo de conciliação dos interesses, de forma que os direitos das pessoas afetadas permaneçam resguardados. O projeto contará com o auxílio de grupos de trabalho formados para analisar as consequências de seu apoio na resolução ou acirramento do conflito, bem como para buscar soluções conciliatórias que propiciem o apoio à UC pelo projeto.	Tanto o Componente 5 do Projeto quanto o PGAS preveem negociações de boa-fé cujas resoluções deverão ser reportadas nos relatórios semestrais a serem emitidos pela agência executora para demonstrar cumprimento com as políticas operacionais. Além disso, a agência executora irá implementar e gerenciar um mecanismo de queixas e reclamações para garantir um canal permanente de manifestação e negociação ao longo da implementação do GEF Terrestre. O Banco supervisionará a execução do Projeto em cumprimento com as políticas operacionais.
Acordos com Povos Indígenas Afetados	Se aplica	O Componente 5 do Projeto prevê mecanismos de resolução de conflitos que podem ocorrer nos casos de divergências ou conflito de interesses entre os objetivos das unidades de conservação postulantes ao apoio do projeto e populações indígenas e tradicionais. Neste caso, o apoio ficará condicionado a um processo de conciliação dos interesses, de forma que os direitos das pessoas afetadas permaneçam resguardados. O projeto contará com o auxílio de grupos de trabalho formados para analisar as consequências de seu apoio na resolução ou acirramento do conflito, bem como para buscar soluções conciliatórias que propiciem o apoio à UC pelo projeto.	Tanto o Componente 5 do Projeto quanto o PGAS preveem negociações de boa-fé cujas resoluções deverão ser reportadas nos relatórios semestrais a serem emitidos pela agência executora para demonstrar cumprimento com as políticas operacionais.

Políticas / Diretrizes	Aspectos Pertinentes de Políticas/Diretrizes	Status de cumprimento dos Requisitos de Políticas / Diretrizes e Justificação	Requisitos / Ações / Planos
Requerimento do Plano ou Marco de Compensação e Desenvolvimento de Povos Indígenas	N/A	N/A	
Questões discriminatórias		<p>Cumprimento alcançado durante a preparação e esperado durante a implementação do Programa.</p> <p>Durante as consultas realizadas durante a preparação do Projeto, os riscos de exclusão foram identificados por razões étnicas e as ações oferecem oportunidades e benefícios significativos para vários grupos étnicos.</p>	<p>O PGAS visa identificar, detalhar e reconhecer as particularidades das diferentes comunidades indígenas locais, assim como o contexto histórico, social, econômico, político e cultural no qual se firmam elas residem e visam atender a realidades bem diferenciadas nos Biomas da Caatinga, Pampa e Pantanal.</p> <p>O Banco supervisionará a execução do Projeto em cumprimento com as políticas operacionais.</p>
Impactos transfronteiriços	N/A	N/A	
Impactos sobre Povos indígenas não contatados	N/A	N/A	
OP-761 Política Operacional sobre Igualdade de Gênero no Desenvolvimento			
Consulta e participação efetiva de homens e mulheres	Sim	<p>Cumprimento alcançado durante a preparação e esperado durante a implementação do Programa.</p> <p>Durante a preparação da operação, a ampla participação e interesse das mulheres nos eventos de consulta foi evidente, foi registrado sistematicamente os referidos dados.</p>	<p>Tanto o PGAS quanto as ações de implementação do Projeto buscam a igualdade de gênero e fornecerá oportunidades para a participação plena das mulheres e dos homens nas suas atividades. Homens e mulheres serão incentivados a participar igualitariamente nos diálogos, consultas públicas e conselhos gestores de UCs.</p>

Políticas / Diretrizes	Aspectos Pertinentes de Políticas/Diretrizes	Status de cumprimento dos Requisitos de Políticas / Diretrizes e Justificação	Requisitos / Ações / Planos
		Por outro lado, os riscos de exclusão foram identificados para as mulheres na contratação de funcionários locais, técnicos, agentes de extensão e como beneficiários das ações do Projeto.	
Avaliação do risco e salvaguardas.	Acesso desigual aos benefícios do projeto	Identificou-se que as ações oferecem oportunidades e benefícios significativos para as mulheres produtoras do entorno das áreas protegidas.	O Banco supervisionará a execução do Projeto em cumprimento com as políticas operacionais.
OP-102 Política de Acesso a Informação			
Divulgação de Avaliações Ambientais e Sociais Prévio a Missão de Análise, QRR, OPC e envio dos documentos ao Diretório	As Avaliações Ambientais e Sociais (AAS) devem ser divulgadas antes da missão de análise.	<p>Cumprimento alcançado durante a preparação e esperado durante a implementação do Projeto.</p> <p>Uma versão preliminar da Análise Ambiental e Social e do PGAS do Projeto foi publicada no site do Banco, antes do início da missão de análise, e a versão final foi publicada antes da distribuição ao OPC.</p>	Cumprimento esta previsto durante a implementação do Projeto, através das ações de comunicação do MMA, do Funbio e a partir da divulgação dos resultados da resolução das manifestações dirigidas ao Mecanismo de Reclamos.
Divulgação de Avaliações Ambientais e Sociais durante a implementação do Programa		Cumprimento alcançado com a disponibilização da AAS e PGAS do Projeto nos sites do MMA, Funbio e BID com acesso livre para consulta. Os resultados da consulta também foram disponibilizados publicamente. A Avaliação Sociocultural realizada durante a fase da preparação deverá ser aprofundada durante a fase de implementação quando o Projeto deverá realizar estudos ambientais, socioeconômicos, culturais, etnográficos e fundiários para caracterização da área a fim de	A Avaliação Sociocultural de cada um dos biomas será detalhada e aprofundada durante a implementação do Projeto. Igualmente qualquer outro estudo ambiental ou social gerado durante o processo de execução do projeto, deverá ser publicado nos sites do MMA, Funbio e do Banco.

Políticas / Diretrizes	Aspectos Pertinentes de Políticas/Diretrizes	Status de cumprimento dos Requisitos de Políticas / Diretrizes e Justificação	Requisitos / Ações / Planos
		subsidiar o desenho da proposta de criação e manejo das Unidades de Conservação.	

Anexo B. Requisitos Legais ASST (Ambientais, Sociais e de Segurança no Trabalho)

Condições ASST do Contrato de Financiamento Não-Reembolsável
<p>1. Condições Contratuais De Execução Para Cumprimento Durante o Prazo de Desembolsos.</p> <p>(i) O Órgão Executor deve cumprir, e deve fazer com que qualquer outro prestador de serviços, operador, consultor ou qualquer pessoa que estiver envolvida na execução das atividades e ações financiadas pelo Projeto cumpra, com todos os requisitos ambientais, sociais e de saúde e segurança (ESHS) estabelecidos na atual legislação nacional do Brasil; assim como os requisitos ambientais, sociais e de saúde e segurança estabelecidos no Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), a Avaliação Sociocultural (ASC) de cada área de conservação (nova ou existente) apoiada pelo Projeto e em todas as revisões aprovadas pelo Banco;</p> <p>(ii) O Órgão Executor deve implementar os processos de engajamento das partes interessadas do Projeto para garantir que as comunidades afetadas sejam informadas e consultadas sobre o progresso do trabalho e a gestão ESHS do Projeto e tenham acesso aos mecanismos de resolução de queixas e manifestações. O mecanismo de resolução de conflitos e queixas, conforme definido no PGAS, deve ser implementado e gerenciado pelo Órgão Executora previamente à contratação de quaisquer atividades do Projeto referentes aos componentes 1 a 5 e mantido atualizado durante todo o prazo de desembolsos do Projeto;</p> <p>(iii) O Órgão Executor deve garantir que não será financiada pelo Projeto qualquer atividade que possa resultar em qualquer reassentamento físico e involuntário de pessoas, assim como qualquer ação que implique na restrição de acesso a recursos naturais de uso costumeiro por comunidades tradicionais.</p>
<p>2. Monitoramento, Relatórios e Supervisão.</p> <p>Para efeitos de monitoramento e supervisão da conformidade ESHS, os seguintes requisitos devem ser aplicáveis:</p> <p>(i) O Órgão Executor deve preparar, e apresentar dentro dos parâmetros de satisfação do Banco, um Relatório de Conformidade Ambiental, Social e de Saúde e Segurança (ESCR), na forma e conteúdo acordados com o Banco, como parte do relatório de progresso semestral;</p> <p>(ii) O Órgão Executor deve cooperar plenamente com o Banco, ou com um Consultor ESHS contratado em seu nome, para realizar a supervisão do Projeto e preparar relatórios de supervisão para (i) verificar o cumprimento da implementação dos requisitos de ESHS para o Projeto e (ii) abordar qualquer impacto ou responsabilidade do ESHS que não tenha sido devidamente atenuado ou compensado. Para este efeito, o Órgão Executor deve permitir e colaborar com o Banco e qualquer Consultor ESHS.</p>